

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VÍTOR LOPES ROLIM BARROS

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE INFORMAÇÃO EM SITES
DE MUNICÍPIOS ESPANHÓIS**

Brasília

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

VÍTOR LOPES ROLIM BARROS

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Ciência Política, da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Marcos Batista

Brasília

2016

VÍTOR LOPES ROLIM BARROS

Participação cidadã e TIC: um estudo sobre a oferta de informação em portais eletrônicos de municípios espanhóis

Monografia aprovada pelo corpo docente do curso de Ciência Política, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau em Bacharelado em Ciência Política.

(Prof. Dr. Carlos Marcos Batista)

Brasília

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, pois sem ele nada seria possível, à minha família e minha noiva pelo suporte diário para continuar, aos meus amigos do curso que me acompanharam nessa jornada e aos professores que compartilharam seu conhecimento tornando esse momento possível. Agradeço especialmente ao professor Carlos por ter me orientado de maneira excepcional nessa monografia.

RESUMO

O presente estudo propõe analisar como as informações dispostas em sites de câmaras de vereadores e prefeituras espanholas conseguem promover a participação cívica. Assim, verificar como a participação política pôde se modificar com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, conhecidas como meios de informatização e comunicação. Vale mencionar que o estudo tem por base de sustentação os pressupostos básicos dos sistemas políticos democráticos, que são a interação e representatividade entre cidadãos e representantes. Em suma, o objetivo do presente estudo consiste em averiguar os sites de municípios espanhóis no intuito de evidenciar se há poder informacional, através do quanto eles estão dispostos aos seus cidadãos. Poder esse que pôde transformar a cultura contemporânea dos cidadãos corroborando com a participação e a confiança nas instituições da democracia representativa. Em síntese, consiste em observar a disponibilização e aumento na oferta de informações e na interação entre cidadãos, representantes e governos.

Palavras-chave: Espanha, sites, TIC, democracia, municípios, participação política, governo e representantes;

ABSTRACT

The present study aims to analyze how information arranged in the Spanish city councils and municipalities sites can promote civic participation. So check how political participation could be modified with the introduction of new information technologies and communication, known as TIC. And based on that support the basic assumptions of democratic political systems, which are the interaction and representation between citizens and representatives. In summary, the present study is to investigate the sites of Spanish municipalities in order to demonstrate that there is informational power. A power which could transform the contemporary culture of citizens confirming participation and trust in the institutions of representative democracy. In short, is to observe the availability and increase in the supply of information and interaction between citizens and government representatives.

Keywords: Spain, websites, ICT, democracy, municipalities, political participation, and government representatives;

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	08
ÍNDICE DE GRÁFICOS	09
1. INTRODUÇÃO	10
2. DEMOCRACIA DIGITAL	12
2.1) Câmara de vereadores, prefeituras e <i>ayuntamientos</i>	17
3. COLETA DE DADOS	19
4. METODOLOGIA	20
4.1) Estudo das Variáveis	20
4.2) Categoria das Variáveis Agrupadas	24
5. ANÁLISE DOS DADOS	25
5.1) Tratamento das Variáveis.....	28
5.2) Tratamento de Dados das Variáveis Agrupadas	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
7.1) Referências Eletrônicas	43
7.2) Fundamentação Teórica.....	43
7.3) Dissertações.....	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de vereadores de acordo com a população	18
Tabela 2: Categorização das variáveis	24
Tabela 3: Proporção da ocorrência das variáveis	27
Tabela 4: Reordenação em quartil de ocorrência das variáveis coletadas	30
Tabela 5: Frequências das variáveis agrupadas institucionais nos sites espanhóis.....	32
Tabela 6: Organização das variáveis agrupadas institucionais dos sites espanhóis.....	32
Tabela 5: Frequências das variáveis agrupadas processuais nos sites espanhóis.....	34
Tabela 6: Organização das variáveis agrupadas processuais dos sites espanhóis.....	34
Tabela 7: Frequências das variáveis agrupadas interativas nos sites espanhóis.....	35
Tabela 8: Organização das variáveis agrupadas interativas dos sites espanhóis.....	35
Tabela 9: Frequências das variáveis agrupadas <i>accountability</i> nos sites espanhóis.....	37
Tabela 10: Organização das variáveis agrupadas <i>accountability</i> dos sites espanhóis.....	37

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Proporção das ocorrências das variáveis no site	28
Gráfico 02: Diagrama de Caixa - Representação em Box Plot das variáveis	29
Gráfico 03: As medidas posicionais das variáveis agrupadas institucionais	33
Gráfico 04: As medidas posicionais das variáveis agrupadas processuais.....	34
Gráfico 05: As medidas posicionais das variáveis agrupadas interativas.....	36
Gráfico 06: As medidas posicionais das variáveis agrupadas de <i>accountability</i>	37

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana, com a necessidade de se reinventar, de produzir com mais rapidez e maior qualidade, houve uma evolução de tecnologias, métodos e técnicas para que se pudesse alcançar patamares mais elevados, saindo de técnicas manuais ao atual cenário de uma era digital no século XXI.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC), um marco para esse século, alteraram o modo de interação com o processo político, modificando através de inovações tecnológicas que permitiram maior acesso do cidadão a uma maior quantidade de informações à sua disposição, trazendo uma relação mais direta entre o governante e governado.

Mas para que haja interação, é necessário que haja vontade por parte do cidadão, e essa é uma questão muito abordada por diversos autores, o porquê de os indivíduos se mobilizarem ou porque participam da atividade política, e pode-se encontrar algumas respostas para essa pergunta quando estudamos mais a fundo o equilíbrio do custo-benefício do cidadão, os custos que os indivíduos têm para a participação e quais as recompensas que têm com essa participação. Os custos da participação política podem ser vistos em outras ocasiões além do processo eleitoral. Participar de atividades na comunidade significa abrir mão de tempo e energia dedicados a atividades privadas, inclusive aquelas dedicadas ao lazer. Mais ainda, a participação envolve riscos de interação política ou da exposição em público: as ideias de um participante podem não ser ouvidas em uma assembleia, seu pleito pode não ser incluído na pauta, suas opiniões podem ser menosprezadas, suas opiniões podem ser taxadas de ilegais. Isso faz, então, com que os membros de uma comunidade se afastem da atividade política, tanto no nível local, quanto, mais ainda, no nível regional ou nacional.

Nas últimas décadas o tema democracia digital esteve em grande evidência devido à ser um divisor de águas quando se trata de desenvolvimento e impactos para além das fronteiras nacionais. Sendo assim, a presença das TIC além de aumentar a eficiência e abrangência dos mecanismos de participação e facilitar o contato interpessoal, tem como principal característica e vantagem, o aumento considerável da quantidade de informação trazida aos processos. (BATISTA, 2003).

Dessa maneira, é razoável afirmar que a implementação das TIC's conduz à um aperfeiçoamento das práticas democráticas trazendo novas formas de manifestação, e, sobretudo, alterando o funcionamento da própria democracia. Nestes termos, admite-se que elas

proporcionam um aumento da participação cidadã ao garantirem meios mais eficazes para a manifestação política e alterarem substancialmente a “cultura política”.

Este trabalho pretende, portanto, estudar como funciona o engajamento político por vias digitais. Os impactos da expansão da interação política de somente as vias pessoais para também as digitais. Procura-se medir se a participação cidadã se modifica com a introdução das TIC's.

Surge então uma nova “cultura” de participação que é distinta e não pressupõe a necessidade do enfrentamento obrigatório e da presença física em reuniões, comitês e assembleias.

Dessa maneira, como o objetivo do estudo está em explorar o uso do meio virtual como porta de interação para a participação cidadã em um ambiente público, por meio do exame da oferta de informações nos sites de municípios espanhóis, proponho uma análise entre 404 portais eletrônicos espanhóis. Isto, a fim de averiguar a disponibilização das informações, como por exemplo: se site possui abas como página inicial, notícias, legislação do município, se tem link para acesso às licitações e contratos dentro do município, se contam os projetos, as missão e os objetivos do governo local, além de acesso à informação, área para busca, ouvidoria, agenda do ente político ou mesmo se contam áreas de reclamações, críticas e sugestões que são as variáveis que delineiam como está disposto o engajamento político no ambiente digital.

2. DEMOCRACIA DIGITAL

Dentre as experiências recentes de governo digital, destaca-se a criação de mecanismos de participação eletrônica, para que cidadãos possam atuar no ciclo de políticas públicas, configurando o que se entende por democracia digital (POSSAMAI, 2011, p. 25). Sendo assim, não configura um novo tipo democrático, mas sim a criação de um conjunto de ferramentas e canais eletrônicos e digitais que visam a atender, de maneira inovadora, as demandas por modernização e, sobretudo, por democratização da gestão pública, de modo que passe a ser acessível pelo cidadão.

No decorrer do século XXI, a internet vem se destacando como a ferramenta mais utilizada pelas crianças, jovens e adultos na expressão de seus anseios e preferências pessoais. Tendo em vista o poder de alcance da ferramenta, que é ilimitado com sua intrínseca capacidade de mudar, renovar e inserir novos integrantes nas demandas sociais para que suas expressões estejam legalmente representadas, a internet é tida como o instrumento de fomento da relação simbiótica entre o homem, a natureza e a sociedade. Portanto, ela pode ser encarada como um instrumento auxiliar na transformação da realidade da sociedade contemporânea. Movimentos sociais têm se feitos presentes e mesmo se constituído nas redes sociais virtuais, manifestando-se e promovendo o debate e a construção de agendas e políticas. Uma das novidades que despontam, juntamente à ampliação do uso da internet é a disponibilidade de dados e informações de governos na rede, o que se chama governo eletrônico e esse é um ponto de análise que proponho fazer, à respeito do progresso desse meio de comunicação e mensurar como os governos locais estão disponibilizando aos seus cidadãos as informações dos municípios no contexto espanhol. O princípio dessa “novidade” é a utilização das novas TIC’s para democratizar e estimular o acesso à informação, visando a provocar maior debate dentre os cidadãos sobre o trabalho dos representantes que eles elegeram.

Assim, a participação se torna indispensável para a manutenção, o aperfeiçoamento e a consolidação da democracia e de sua legitimidade. Atualmente, iniciativas de participação *on-line* estão cada mais comuns. Já existem várias iniciativas de canais de participação online criadas pelo próprio ambiente institucional do governo.

De modo geral, o interesse primordial é obter maiores informações sobre o crescimento do uso das novas TIC’s nas expressões com seus governos locais. Considerando que com a internet foram criadas diferentes bases políticas, através principalmente das redes sociais, que

se confundem, mas que geram uma enorme capilaridade na sociedade, ou seja, propiciou a criação de uma “nova identidade” ao cidadão.

O impacto da participação cidadã *on-line* nos assuntos públicos ajudam, quantitativa e qualitativamente, a responder certas questões sobre a interação do cidadão com os poderes públicos municipais. Como exposto pelo Índice de Desenvolvimento do Governo Eletrônico (EGDI), um indicador composto que mede a vontade e a capacidade das administrações nacionais de utilização das tecnologias de informação e comunicação para fornecer serviços públicos, é importante ressaltar três pontuações normalizadas sobre as dimensões mais importantes do e-governo, como: a abrangência e qualidade dos serviços on-line; o estado da infraestrutura de telecomunicações; o desenvolvimento e capital humano inerente.

Segundo Patrícia Pascual, em *e-Government*, os projetos de Governo Eletrônico são empreendimentos de longo prazo que necessitam uma grande infusão de capital em software, hardware, infraestrutura e treinamento. Por isso, recomenda-se a cooperação com o setor privado ao invés de competir com ele, para que torne mais eficiente e eficaz o e-governo. Atualmente, é cada vez mais evidente que os governos precisam ter uma clara estratégia de geração de receitas e investimento inicial mínimo, pois é o modo mais plausível de implantar projetos sustentáveis à longo prazo. Como estamos inseridos nesta “sociedade de redes” faz-se importante salientar que por mais que se ressalte a diminuição do contato físico (“a barreira balcão”) há um progresso nas TIC’s (meios eletrônicos) e, esse deve ser utilizado para disponibilizar a integração e participação da sociedade, além disso, há que se ressaltar a importância do mesmo (G.E) ser disponibilizado pelos governos democráticos. Portanto, na contemporaneidade é evidente e emergente se estruturar àquela comunicação multidirecional – a um clique de distância – com maior flexibilidade e praticidade, onde as “teias sociais” conseguem definir um novo quadro nas sociedades. Assim, os instrumentos desta transformação poderão partilhar e compartilhar as ideologias de seus próprios representantes, além de conseguir exprimir um grau maior de transparência e responsabilização para os mesmos. Em síntese, o foco do presente estudo está em analisar até que ponto organizações estão pautadas em uma concepção construtivista de tecnologia a serviço de uma aprendizagem mais significativa – democratizar o acesso das informações.

Para tal, foi utilizada uma metodologia estatística de descrever dados, em outras palavras, uma vez coletados e organizados os dados, foi feita uma construção semântica e conceitual dos dados que foi encontrado para, com as inferências estatísticas, promover um caráter valorativo ao objeto encontrado. É importante frisar que a coleta dos dados e a verificação das

informações decorrem de uma pesquisa em portais eletrônicos de municípios espanhóis com suas devidas disponibilizações de informação, foi também considerada e mensurada a aparência e facilidade, ou não, de acesso às informações – com a variável qualidade dos sites. Com isto, ao estudarmos a utilização da internet, percebe-se que, algumas vezes, mesmo que de maneira bastante insipiente, há a possibilidade de uma grande modificação na construção de uma nova cultura na participação política, influenciada majoritariamente pela disponibilidade de informações de forma acessível a toda a sociedade. De acordo com Lorena de Lima Soares:

[...] Esses mecanismos oferecidos pelas TIC's somados à disponibilidade de informações alteram substancialmente a cultura política da participação que nada tem a ver com aquela participação onde atua o "tecido movimentista" social heterogêneo, múltiplo e em muitos casos desorganizados e desarticulados. [...] (SOARES, 2010.p 35)

Pode-se analisar que a democracia digital surge como um meio desenvolvido para a prestação de serviços públicos, o qual visa corroborar com a participação, a transparência e a responsabilidade dos agentes. Porém, em alguns países, a abordagem e atendimento multicanal de serviços são limitados, assim, os mesmos devem, no mínimo, estabelecer uma presença online persistente com serviços básicos, a fim de construir uma confiança no governo – medidas que requerem colaboração e racionalização não só ao longo de todo o espectro de governança, mas também com o setor privado e sociedade civil.

Como o foco principal do trabalho é a análise de dados, foi utilizada uma amostra com 404 municípios espanhóis, distribuídos em 47 províncias (considerando as capitais delas), onde a procura se deu entre 23 variáveis nominais. A pesquisa envolveu basicamente em contabilizar entre as ferramentas digitais do governo espanhol a disponibilização daquelas variáveis dentro dos *ayuntamientos* selecionados.

"A Sociedade da informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos, como a rádio, a televisão, telefone e computadores, entre outros. Estas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, econômicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação" (GOUVEIA, 2004.p 13)

Segundo Luís Manoel Borges Gouveia a "Sociedade da Informação" é o conjunto de tecnologias utilizadas para a distribuição e compartilhamento de informações, atingindo vários tipos de serviços automatizados, que se estendem a websites, hardwares, softwares e à própria

telefonía, assim como outros serviços (sendo assim, parte do cotidiano das pessoas). Estudos indicam que a internet é a ferramenta que o uso mais vem crescendo nos últimos tempos tornando-se o instrumento de comunicação provavelmente mais usado, e é capaz de mudar e se renovar para acrescentar outros integrantes, logo o intuito dos líderes governamentais deve ser contribuir com esforços coordenados para aumentar e melhorar a prestação de serviços de e-governo no setor público – entre as instituições e cidadãos – através da utilização das mesmas. Com isso, os sistemas de e-governo sugerem que os governos consigam representar e expressar os anseios da nação na medida de ampliar a participação *on-line*.

Mantendo foco na importância e no poder informacional da política, foi possível analisar não só o crescimento e evolução dos meios de informatização como também verificar a disposição dos líderes em fornecer os devidos serviços on-line aos seus cidadãos. Ao estudar os sistemas políticos democráticos, que são caracterizados por permitirem a interação entre cidadãos e representantes, há que se considerar que no século XXI a internet demonstra ser a ferramenta essencial para a promoção desta aproximação. Porque ela é a ferramenta capaz de (re) estruturar o elo dos cidadãos com seus representantes em um clique de distância e, a qual está sendo utilizada para exprimir demandas sociais e corroborando com a consolidação de capital social. Ela possui uma perspectiva de instrumento auxiliar, pois tem o poder de refletir as preferências e interesses comuns da comunidade, portanto, a internet (com seu alcance ilimitado) na era da democracia digital é a ferramenta que corroborará com o sistema de inclusão e participação, além de promover também a interdependência entre os povos, a ruptura de fronteiras, a ilimitada atuação para a conexão cultural, social e econômica. Como estamos inseridos em um mundo altamente conectado a tudo e a todos em qualquer instante, a era da democracia digital evoca sustentação devido algumas premissas dos sistemas democráticos e suas ideias liberais e a qual não podemos apontar destaque apenas à representatividade como também devemos considerar a participação cívica, fiscalização e responsabilização dos líderes. Entretanto, ainda existem relações que parecem ser marcadas por uma desigualdade real e, por sua vez, terá reflexos no campo virtual. Portanto, uma reflexão sobre a evolução das TIC's envolve como elas estão sendo utilizadas pelos governos para a promoção da política local – corroborando com o campo virtual, social, real.

“A presença das TIC pode fluidificar os mecanismos de participação e facilitar o contato interpessoal, mas a sua principal característica e vantagem é o aumento assombroso da quantidade de informação trazida ao processo. A incorporação das TIC conduz a um aperfeiçoamento das práticas democráticas trazendo novas formas de manifestação, mas, sobretudo e essencialmente, alterando o funcionamento da própria

democracia. Nestes termos, estamos admitindo que as TIC proporcionem um aumento da participação cidadã ao garantirem meios mais eficazes para a manifestação política e alterarem substancialmente a „cultura política” (BATISTA, 2001.p 26)

Segundo Batista é neste sentido que devemos entender a evolução e progresso dos meios de comunicação, que se desenvolvem com um comprometimento democrático e que tem por base argumentativa a junção das TIC à participação cidadã.

Assim, ao analisar os mecanismos de participação política *on-line* em sites de câmaras de vereadores e prefeituras espanholas, observo como estas “*ferramentas de democracia participativa*” dentro de um regime predominantemente representativo estão alocando suas informações em prol da efetiva interação para com seus cidadãos. Vale ressaltar que, é embasado neste aspecto da teoria que este estudo irá se desenvolver, buscando, sobretudo, um delineamento de um novo rumo ao desenvolvimento do governo eletrônico. Portanto, é destacável o papel de atuação da participação cidadã na virtualidade como um meio pelo qual é propiciada a transparência, transformando o senso de ordem pública através de critérios de equidade e justiça³. Elaborada para o melhor acesso à informação e aos serviços públicos, o governo eletrônico também obriga os funcionários a serem mais transparentes e responsáveis em suas ações. Assim, as TIC’s parecem ser não só um instrumento de melhora na prestação dos serviços, como também na qualidade deles, em outras palavras, irá ocorrer uma melhora em várias esferas do setor público – há benfeitorias na operacionalização

Segundo Patrícia Pascual (2003) a utilização destas ferramentas compreende não só a interação entre o governo e o cidadão, mas também em outras esferas, como: interação entre governo e empresários, servidores e cidadãos, assim como o próprio governo. Aquelas ferramentas devem ser utilizadas para fomentar a participação política e o processo democrático com foco nos benefícios aos sistemas, visto que com a integração das TIC nos processos de governo há uma maior facilidade, maior flexibilidade, maior acesso e abertura aos casos políticos. Em outras palavras, há maior transparência das ações e melhora na prestação de contas o que, por sua vez, corroborará com maior responsabilização dos funcionários. Segundo Perry Levy a internet emerge é a peça-chave na sociedade da informação e no governo eletrônico, porém, somente sua existência não resolverá tudo, mas quando bem explorada esta ferramenta possibilita ampliação aos canais de abertura política – democratização.

Com isso, a construção de portais governamentais é capaz de externar como os governos estão estruturados, pois partem da premissa de organizar sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitando a concentração e disponibilização de serviços e informações. Este é

um fato que nos afeta, uma vez que facilita a realização de negócios e o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos, além disso, podemos incluir também outros referentes como o aumento da transparência e participação da sociedade nas ações governamentais, outros. É de suma importância lembrar que as competências do prefeito e dos vereadores espanhóis são similares às atribuições aos mesmos cargos no Brasil. Para ser eleito vereador, na Espanha, basta ter a maioridade, 18 anos, possuir a qualidade de eleitor e não se encontrar na condição de alguma causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, inclusive no Brasil temos que: suas competências estão hauridas da Constituição Federal e eles não são hierarquizados, além disso, não estão sujeitas as regras comuns dos servidores públicos e entram nos cargos públicos através de eleição, nomeação ou designação. Voltando ao caso Espanhol temos também como característica que o país considera elegíveis aqueles que, maiores, sejam residentes na Espanha na condição de cidadãos da União Europeia

2.1 CÂMARAS DE VEREADORES, PREFEITURAS E AYUNTAMIENTOS

No caso espanhol, a que este trabalho se dedica, não há câmaras de vereadores e prefeituras distintamente. Lá, existem os ayuntamientos, instituições que unem, em sua composição, os poderes executivo e legislativo – o que vai ao encontro do objetivo deste trabalho, de compreender as ferramentas online de participação e interação entre eleitores e eleitos, ou *concejos*, que são a menor entidade de governo, de onde também se administra um município. Eles são regidos por um *alcalde* (prefeito) e pelos *concejales*, ou *ediles* (vereadores). De acordo com o portal municipal de Palencia³, há eleições periódicas, a cada quatro anos, nas quais se elegem os vereadores, que, por sua vez, elegem o prefeito. A regra geral é que o prefeito se eleja com os votos dos demais vereadores; como as eleições municipais são em listas fechadas, só podem concorrer ao cargo de prefeito aqueles que encabecem as listas de seus partidos. Caso nenhum candidato tenha a maioria absoluta dos votos dos seus pares, o prefeito será o primeiro vereador da lista que tiver recebido o maior número de votos populares. Em caso de empate, há a previsão de sorteio. As competências do prefeito e dos vereadores espanhóis são similares às atribuições aos mesmos cargos no Brasil. Para ser eleito vereador, na Espanha, basta ter a maioridade, 18 anos, possuir a qualidade de eleitor e não se encontrar na condição de alguma causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral. O país também considera elegíveis aqueles que, maiores, sejam residentes na Espanha na condição de cidadãos

da União Europeia, ainda de acordo com informações do portal municipal de Palencia. De acordo com a legislação eleitoral espanhola, o número de vereadores para cada *ayuntamiento* segue conforme a população local:

Tabela 1: Número de vereadores de acordo com a população

População	Número de vereadores
Até 250	5
250 a 1.000	7
1.001 a 2.000	9
2.001 a 5.000	11
5.001 a 10.000	13
10.001 a 20.000	17
20.001 a 50.000	21
50001 a 100.000	25
Acima de 100.000	Um a mais a cada 100.000 habitantes

Fonte: Portal municipal de Palencia

Nos ayuntamientos, também há comissões informativas, como nos municípios brasileiros – órgãos que têm por função o estudo, a informação ou consulta de assuntos que sejam submetidos a decisão do plenário. As comissões dos municípios espanhóis emitem parecer meramente opinativo, e não vinculante.

3. COLETA DE DADOS

O primeiro passo para possibilitar a coleta de dados foi o levantamento de todos os municípios espanhóis. Para isso, foi utilizada a lista de províncias e municípios da Espanha, feita pelo *Instituto Nacional de Estadística*. Depois, optou-se pelo sorteio, método aleatório, para escolher quais seriam os municípios a terem seus sites analisados. Como a Espanha tem uma divisão de municípios peculiar – há municípios com dezenas de habitantes e outros com centenas de milhares –, a lista de municípios por província foi dividida em quartis para possibilitar uma amostra estratificada após o sorteio. Depois da escolha aleatória, levantaram-se os endereços eletrônicos dos ayuntamientos de cada município; o portal La Web Municipal fornece alguns sites das casas municipais de governo, mas não todos. Por isso, buscaram-se os domínios restantes em portais eletrônicos de busca. Como já era esperado, nem todos os municípios tinham sites dos ayuntamientos, então sortearam-se outros municípios dos mesmos quartis dos anteriores, até que se encontrasse algum que tivesse portais eletrônicos. Os sites das capitais das províncias deveriam, obrigatoriamente, ser analisados.

4. METODOLOGIA

4.1. Estudo das Variáveis

Para desenvolver o presente estudo foi essencial um estudo da organização político-administrativa espanhola e, isto devido o vasto território espanhol, foi importante, primeiramente, viabilizar uma amostra para o estudo dos dados encontrados. Faz-se essencial relembrar os ensinamentos da Estatística, em que uma amostra pode ser definida como um subconjunto, uma parte selecionada da totalidade de observações abrangidas pela população. Porque com ela será possível fazer um juízo ou inferência sobre as características daquela determinada população.

Como utilizei uma amostra com 404 municípios, distribuídos em 47 províncias e elas estão situadas em 15 Comunidades Autônomas (todas possuem autonomia legislativa e competências executivas próprias, como no caso brasileiro), o passo seguinte consistiu em utilizar de ferramentas do Excel (através do método de escolha aleatória) para então levantar o sorteio de 404 ayuntamientos. A fim de, posteriormente, promover a coleta das 23 variáveis dentro do portal eletrônico de cada um. Em outras palavras, pesquisei os sites eletrônicos dos municípios sorteados e após fiz a coleta de dados, estruturada sob a ótica de 23 variáveis nominais, sendo que o tratamento das mesmas se deu de forma individual e, também agregada (subdivisão das variáveis em quatro grupos distintos, a saber: institucional, processual, interativa e *accountability*). Em suma, para essa pesquisa, levou-se em conta o tipo de informação em cada variável a fim de obtermos, posteriormente, medidas das variáveis agrupadas, assim a premissa foi aglutinar as variáveis isoladas em agrupadas para, então, promover uma análise de ocorrência de frequência das mesmas.

- Regimento Interno: consiste em um conjunto de regras e princípios aplicáveis a estruturação e ao funcionamento dos órgãos e pessoas integrantes da Administração Pública, ou seja, foi pesquisado nos portais se continham normativos estabelecendo e determinando a estruturação da província
- Lei Orgânica e outras leis: é a que impõe o ordenamento jurídico (estabelece, determina e organiza a província) no intuito de estabelecer um contato estrutural/normativo entre o cidadão e o governo local;

- Ordem do Dia: considerar se há no portal um acesso a agenda governamental da província, em que são disponibilizadas informações sobre o dia a dia dos acontecimentos políticos do município;
- Estrutura da Casa: são os organogramas/estruturações/organizações político administrativas dos municípios, melhor dito, se possuem ícone capaz de representar a estrutura formal da organização municipal;
- Lista de Parlamentares: são os portais que disponibilizam informativo de quem são os seus representantes, inclusive, foi analisado se propunham os partidos pelos quais concorreram com o respectivo link remanescente. Ou seja, respondem por organogramas e/ou aquelas estruturas dos líderes da casa;
- Acesso aos Parlamentares: são aqueles portais eletrônicos que apontam os referidos representantes, seja do legislativo ou executivo estão constando em lista. Pode-se dizer que se há acessibilidade corroborando com a característica da democracia que é a representatividade e participação;
- Estrutura da Comissões: são os sites eletrônicos que promovem os links dos órgãos, departamentos ou unidades públicas do município;
- Contato Câmara Municipal: são aqueles sites eletrônicos que propõem o telefone para contato imediato do cidadão;
- Acesso a Licitações e Contratos: são os portais que parecem promover um diálogo mais aberto com o público, ou seja, ampliar o acesso com a província ofertando as informações de como acontecem os trâmites, contratos e licitações dentro da província;
- Contato Presidente da Câmara Municipal: que disponibilizam e-mail pessoal do prefeito para contato direto dos interessados com o representante
- Fala Cidadão: são os sites que disponibilizam um canal próprio para o envio, ou seja, abre-se uma janela para o devido serviço público;
- Acesso ao Partido: foi verificado se há no portal acesso aos partidos dos representantes, capaz de proporcionar um canal mais direto entre o cidadão e o partido do líder eleito na província;
- Telefone para Contato: são os portais que disponibilizam telefones com os quais os cidadãos podem entrar em contato direto com a província;
- E-mail para Contato: é a utilização de e-mails para aperfeiçoar e melhorar o acesso na prestação de serviços governamentais aos cidadãos;

- Denúncias/ Sugestões/ Críticas: são os portais eletrônicos que promovem canais de abertura do cidadão com a província, em que os portais disponibilizam um espaço na página para o devido contato;
- Notícias/ Informativos: os portais podem e devem sim ser melhorados em termos da comunicação e da disponibilização das informações e serviços prestados, porém a maioria disponibiliza notícias de acontecimentos no município e seus cidadãos;
- Relatórios de Gestão Fiscal: leva em conta a publicação das contas da província, ou seja, o acompanhamento da utilização dos recursos público o que corrobora com a transparência dos atos fiscais praticados por seus representantes;
- Despesas Correntes: são aqueles portais que possuem demonstrativos de como está ocorrendo a aplicação dos recursos obtidos. Ele fomentará não só aquele aumento de transparência e participação da sociedade nas ações governamentais, como corrobora com o poder informacional aos cidadãos;
- Despesas de Capital: como efetivamente estão sendo tomadas as deliberações sobre os recursos, que também ampliará a forma a suplantando a passividade do governo, de fiscalizar seus atos, da administração e dos recursos públicos;
- Receitas Correntes: considera a obtenção dos recursos correntes e o acesso a mesma propõe que há um canal direto capaz de demonstrar de onde os recursos públicos advém;
- Receitas de Capital: também considera a obtenção dos recursos em que o instrumento é operado por meio de valores que podem crescer ou diminuir devido ao mercado;
- Acesso a Redes Sociais: são aqueles portais eletrônicos que possuem algum canal virtual com o indivíduo, ou seja, esse possui alternativas como fazer parte, incluir, curtir, assimilar, compartilhar e propagar os seus anseios através das redes sociais;

O tratamento das variáveis se deu pela subdivisão delas em quatro grupos distintos. Para essa qualificação, levou-se em conta o tipo de informação em cada variável, obtendo-se então variáveis de informação “institucional”, “processual”, “interativa” e de prestação de contas ou “*accountability*”. Abaixo, os tipos de informação de maneira agregada:

Informação Institucional: Diz respeito a regras e funcionamento das casas. Formada pelas variáveis:

- Regimento Interno
- Lei Orgânica e outras leis municipais
- Estrutura da Casa
- Estrutura das Comissões

Informação Processual: Variáveis que abordam o dia a dia das casas, como agenda, cronograma, resultado de votações e composição da casa. Formada por:

- Ordem do Dia
- Lista de Parlamentares
- Notícias/ Informativos

Informação Interativa: Interação e acesso do cidadão com as casas e seus membros. Fazem parte deste grupo as variáveis:

- Acesso aos Parlamentares
- Contato com a Prefeitura
- Contato com o Prefeito
- Fala Cidadão
- Acesso ao Partido
- Telefone para Contato
- E-mail para Contato
- Denúncia/ Sugestão/ Crítica
- Acesso a Redes Sociais

Prestação de Contas ou *Accountability*: Diz respeito a transparência e informações sobre orçamento. Formada por:

- Acesso a Licitações e Contratos
- Relatórios de Gestão Fiscal
- Despesas Correntes
- Despesas de Capital

- Receitas Correntes
- Receitas de Capital

Estas variáveis foram verificadas nos sites do Legislativo e Executivo municipais, atribuindo-se o número “2” quando elas eram encontradas e “1” quando a informação era ausente. Considerou-se como informações aquelas encontradas nos próprios sites municipais, ou acessadas por meio de links para outros sites.

4.2. Categorias das Variáveis Agrupadas

Com as variáveis agrupadas, foram criadas categorias para medir a quantidade de informação a partir do número de ocorrências das variáveis que compõem cada grupo simultaneamente.

Tabela 2: Categorização das variáveis

No_info	Nenhuma “característica encontrada”: 0 em 4 (0,0)
Insuficiente	Um caso de “característica encontrada”: 1 em 4
Regular	Dois casos de “característica encontrada”: 2 em 4 (0,5)
Elevada	Três casos de “característica encontrada”: 3 em 4 (0,75)
Total_info	Quatro casos de “característica encontrada”: 4 em 4 (1,0)

5. ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo foi produzido com o interesse principal de obter maiores informações sobre o crescimento do uso das novas TIC's, e, principalmente, a internet. A fim de estudar o impacto da participação cidadã on-line nos assuntos públicos, foram analisados dados que ajudam, quantitativa e qualitativamente, a responder certas questões sobre a interação do cidadão com os poderes públicos municipais. O aumento da transparência e a divulgação mais detalhada de informação, dentre outros, contribuem para maior participação cidadã nas sociedades democráticas. Além disso, a possibilidade de emissão de opiniões, reclamações, questionamentos, sem o processo de mediação por terceiros é uma forma eficaz de melhoria de interação. A intenção, com esta análise de dados, é verificar se, através das TIC's, pode-se observar aumento na oferta de informações e na interação entre cidadãos, representantes e governo. Com base na verificação dos “municípios” espanhóis, trazendo para um termo mais próximo do sistema político brasileiro, pode-se notar que os portais on-line funcionam, em grande medida, como sítios de serviço, em que se encontram telefones úteis, informações básicas ao cidadão, como taxas e impostos. Obviamente, como um país heterogêneo em que o número de cidadãos em um município pode variar de dezenas a centenas de milhares, notam-se sites extremamente distintos: uns, com uma lógica clara de organização de informações; outros, com arquitetura de informação e desenho próximos ao de um blog. Embora a aparência dos sites e a facilidade, ou não, de achar informações não sejam consideradas neste estudo, deve-se ressaltar que não necessariamente os menores municípios têm sites menos aprimorados.

Na Espanha, em 2011, obteve caráter de aplicação obrigatória o *Código de Buen Gobierno Local*, aprovado por unanimidade pela *Federación Española de Municipios y Provincias*, com diretrizes para os políticos municipais. O objetivo, segundo o manual de aplicação do código, é propor uma nova forma de governar nos municípios, apostando por instituições de governo modernas e eficazes e considerando o âmbito local como espaço estratégico da ação política, o futuro da democracia e o desenvolvimento dos direitos da cidadania⁶. No código, constam indicadores de “bom governo” e de “transparência”, o que faz com que os governos municipais tenham que disponibilizar informações, referentes às variáveis para obter uma boa nota no sistema. Além disso, em 2012, foi aprovada a *Nueva Ley de Transparencia*, que traz indicadores de governança eletrônica, de transparência dos governos. As categorias de informação são:

1. Indicadores sobre a transparência municipal;
2. Indicadores sobre relações com os cidadãos e a sociedade;
3. Indicadores de transparência econômico-financeira;
4. Indicadores de transparência nas contratações de serviços;
5. Indicadores de transparência em matéria de urbanismo e obras públicas;
6. Indicadores da nova lei de transparência (basicamente orçamentários).

As variáveis utilizadas pelo modelo de estatística espanhol são, coincidentemente, parecidas com as utilizadas neste trabalho, o que pode indicar que, de fato, são informações relevantes para serem estudadas.

No nosso estudo, consideramos que a interação entre cidadãos e o poder governante se dá de maneira mais fluida no nível local, como já dito, por conta da proximidade entre eles e da facilidade de acesso. Por conta desse pressuposto, agregamos ao modelo variáveis que meçam a possibilidade de contato com os representantes locais: “lista de parlamentares”, “telefone para contato”, “e-mails para contato”, “fala cidadão”.

Tabela 3: Proporção da ocorrência das variáveis nos sites

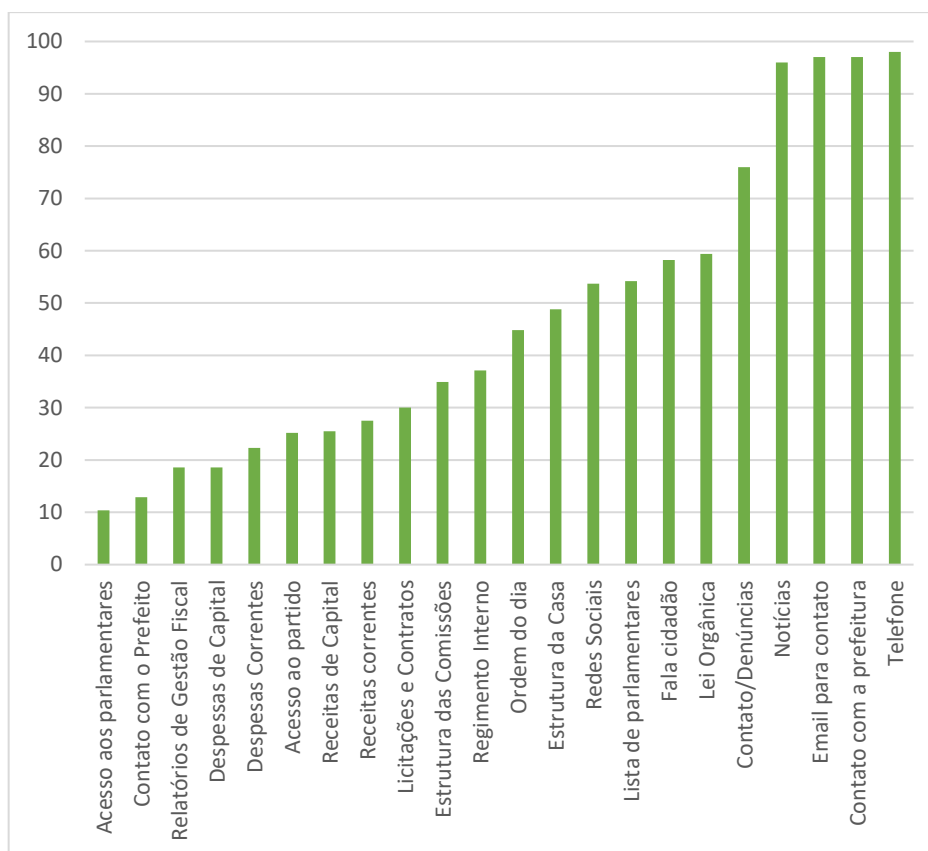
Nome das Variáveis	Proporção (%)
Acesso aos parlamentares	10,6
Contato com o Prefeito	12,4
Relatórios de Gestão Fiscal	18,6
Despesas de Capital	19,1
Despesas Correntes	22
Acesso ao partido	24,5
Receitas correntes	27,2
Receitas de Capital	27,2
Estrutura das Comissões	32,7
Regimento Interno	35,6
Ordem do dia	43,8
Estrutura da Casa	47,5
Lista de parlamentares	54,2
Redes Sociais	55
Lei Orgânica	55,9
Fala cidadão	58,4
Licitações e Contratos	58,9
Contato/Denúncias	74,5
Notícias	95,5
E-mail para contato	96,3
Contato com a prefeitura	96,5
Telefone	97,5

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Os dados coletados apontam que, das 22 variáveis, apenas nove tiveram mais de 50% de presença nos sites de municípios espanhóis. Uma análise mais detalhada mostra o que já havia sido dito: as informações que se encontram nos sites pesquisados referem-se mais a serviços à população, como informações de acesso à própria instituição, e menos à prestação de contas – *accountability* –, o que não parece ser, pelo menos à primeira vista, uma prioridade para os sítios on-line dos municípios espanhóis.

De forma gráfica, o resultado se dá da seguinte forma:

Gráfico 1 - Proporção da ocorrência das variáveis nos sites



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

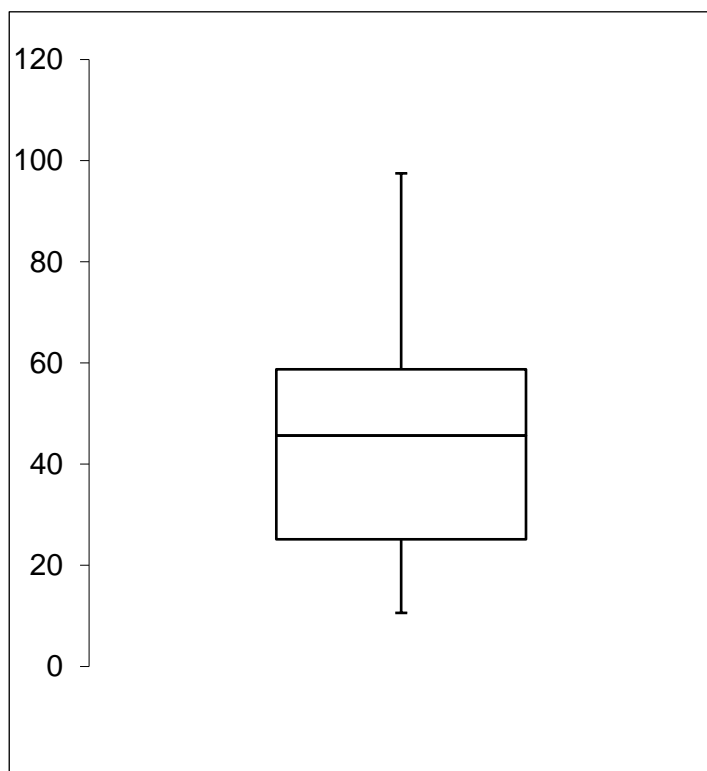
5.1) Tratamento das Variáveis:

Quando se pretende empreender um estudo estatístico completo, existem diversas fases do trabalho que devem ser desenvolvidas para se chegar ao resultado final do estudo, logo o processo de tratamento dos dados se faz essencial para o mesmo. Com isto, esse é outro tópico que merece atenção, uma vez que consiste no tratamento daqueles dados encontrados. É através deste processo que será possível além de fundamentar a análise daqueles dados, exprimir previsões futuras (inferências estatísticas), mesmo porque, após a coleta dos dados é conveniente que lhes seja dado algum tratamento prévio a fim de torná-los mais expressivos. Assim, o intuito do presente estudo está não apenas em apurar os dados como também poder montar um sistema de mensuração a partir dos mesmos. Em suma, compreendendo que depois de devidamente pesquisados os 404 sites dos municípios, foi possível a construção de uma base

de dados coletados e, posteriormente, esses foram transferidos a softwares para serem tratados (como foi o procedimento da construção do gráfico 1 acima), ou seja, conseguimos montar uma frequência de ocorrência dos portais eletrônicos pesquisados.

Em síntese, com os valores encontrados foi possível organizar suas correspondências e estruturar (com o caráter numérico associado) às observações estatísticas. Desta forma, cada variável possui uma distribuição de frequência e elas propõem estabelecer como cada resultado é identificado. Dito isso, proponho agora a construção de um Box Plot – consistiu em organizar os valores de frequência através do quartil de ocorrência das variáveis – e para este método estatístico foi utilizada a divisão em “frequência de ocorrência das variáveis nominais” para, assim, conseguir estruturar a construção do Diagrama de Caixas. Como a representação gráfica dos dados numéricos é capaz de facilitar a análise visual dos resultados encontrados de determinado assunto, pois permitem ao leitor interessado uma leitura mais objetiva, fácil, rápida e clara dos fenômenos encontrados, construí o gráfico 2 abaixo. Portanto, no intuito de condensar e agrupar os dados, ou seja, de modo a obter um conjunto compacto de números, o qual possibilitará enxergar com maior clareza a disposição das frequências na concentração dos dados, assim como a menor concentração, será possível distinguir melhor o comportamento dos fenômenos na sua totalidade.

Gráfico 2: Diagrama de Caixa - Representação em Box Plot das variáveis



Limite Inferior	10,6
Quartil Inferior	25,175
Mediana	45,65
Quartil Superior	58,775
Limite Superior	97,5

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Tabela 4: Reordenação em quartil de ocorrência das variáveis coletadas

	Variáveis	Proporção (%)
Limite Inferior	Acesso aos parlamentares	10,6
	Contato com o Prefeito	12,4
	Relatórios de Gestão Fiscal	18,6
	Despesas de Capital	19,1
	Despesas Correntes	22
	Acesso ao partido	24,5
Quartil Inferior	Receitas correntes	27,2
	Receitas de Capital	27,2
	Estrutura das Comissões	32,7
	Regimento Interno	35,6
	Ordem do dia	43,8
Quartil Superior	Estrutura da Casa	47,5
	Lista de parlamentares	54,2
	Redes Sociais	55
	Lei Orgânica	55,9
	Fala cidadão	58,4
Limite Superior	Licitações e Contratos	58,9
	Contato/Denúncias	74,5
	Notícias	95,5
	E-mail para contato	96,3
	Contato com a prefeitura	96,5
	Telefone	97,5

Fonte: Dados coletados pelo autor em 1º/2016

Com o gráfico de Diagramas de Caixa foi possível perceber que as informações disponibilizadas nos *ayuntamientos* espanhóis demonstram um comportamento desproporcional em sua disponibilidade – assimetria. Em outras palavras, há uma desigualdade entre as frequências encontradas (demonstram que está desproporcional o acesso às informações), uma vez que existe uma concentração à direita o qual propõe a existência de uma evidência maior de valores observados na parte superior do gráfico (QS) e, não na totalidade de informações nos sites. Para tal, é importante também considerar a ocorrência das mesmas numa perspectiva agrupada para verificar como aquelas mesmas variáveis nominais expressam seus valores de ocorrências paritariamente. Porque, como dito em parágrafo anterior, os dados encontrados foram tratados tanto de maneira isolada quanto agrupada e, para tal utilizei as mesmas 23 variáveis nominais – que proporcionaram informações relevantes para o estudo em

ambas perspectivas. Para aquele último grupo (agrupadas), como será visto, foram estabelecidas “categorias” ou “modalidades” aglutinando as variáveis nominais ou fatores de participação cidadã em: institucional, processual, interativa e prestação de contas.

5.2) Tratamento de Dados das Variáveis Agrupadas:

É sabido que a análise individual é igualmente importante à análise agrupada das variáveis, pois a presença daquelas representam um componente crucial para se compreender a participação cidadã nessas últimas, portanto, as 23 variáveis nominais analisadas podem ser estudadas segundo suas ofertas em sites eletrônicos seja isoladamente seja também pela perspectiva agrupada. Com isso, proponho uma divisão das 23 variáveis em quatro perspectivas e, este agrupamento conseguirá expressar também como estão disponibilizadas as informações nos portais eletrônicos espanhóis. Elas se subdividem em: informação institucional, informação processual, informação interativa e informação de prestação de contas ou *accountability*. Como as variáveis nominais podem acumular-se (da maior para a menor ou da menor para a maior) foi providencial organizar a ocorrência das mesmas em tabelas e gráficos a fim de promover um melhor entendimento de como informações estão dispostas nos portais eletrônicos espanhóis. Tudo, no intuito de compreender se há um padrão no comportamento das variáveis entre diferentes regiões e demonstrar se há uma tipicidade na oferta de informações pelos governos locais.

Para os componentes do agrupamento (consideradas simultaneamente) foram estabelecidas “categorias” ou “modalidades” e isto, porque é de relevante importância para o presente estudo compreender como foram estruturadas ou mensuradas aquelas “categorias ou modalidades” para que as variáveis agrupadas ou fatores de participação cidadã pudessem exprimir uma leitura de contagem de ocorrência das mesmas com maior credibilidade. Por exemplo, se uma variável agrupada fosse formada por quatro variáveis componentes e se na contagem dos casos ou ocorrências da “característica encontrada” em cada variável isolada, não ocorresse nenhum caso de “característica encontrada” (zero casos em 4), então a variável agrupada assume a modalidade (*no_info*). Caso contenha pelo menos uma ocorrência (1/4), ou seja, encontrar pelo menos uma das variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*insuficiente_info*). Caso contenha duas ocorrências, (2/4), ou seja, dois casos de “características encontradas” nas variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o

valor (*regular_info*). Caso contenha (3/4) ocorrências simultâneas nas variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*elevado_info*). Logo, caso apareçam as (4/4) ocorrências simultâneas nas variáveis envolvidas, então a variável agrupada assume o valor (*total_info*).

O quadro é uma legenda para que funciona como uma ferramenta auxiliar na compreensão do leitor em como as variáveis nominais foram abordadas no presente estudo, sendo que é relevante lembrar que o interesse maior reside em promover conclusões e inferências estatísticas que corrobora com a compreensão do tema tratado. Portanto, como as variáveis agrupadas foram tratadas em softwares como SPSS e Excel para que então fossem capazes de ilustrar as frequências ou os valores da ocorrência das mesmas nos portais eletrônicos espanhóis (compostas por maior número de ‘variáveis isoladas’), foi essencial neste procedimento a construção das tabelas e dos gráficos abaixo.

Tabela 5: Frequências das variáveis agrupadas institucionais nos sites espanhóis

Informação Institucional		
Modalidade	Porcentagem (2014)	Porcentagem (2016)
0	23,3	30,7
1	8,7	17,3
2	25,2	16,3
3	18,8	17,8
4	24,0	17,8
Total	100,0	100,0

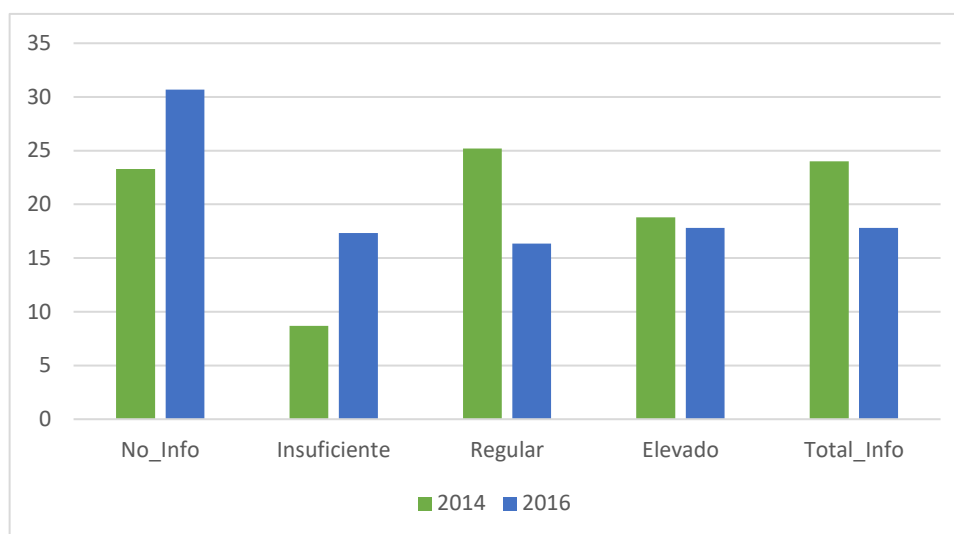
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Tabela 6: Organização das variáveis agrupadas institucionais dos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2014)	Proporção (2016)
0	Zero	23,3	30,7
1	Insuficiente	8,7	17,7
2	Regular	25,2	16,3
3	Elevado	18,8	17,8
4	Total	19,1	17,8

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Gráfico 3: As medidas posicionais das variáveis agrupadas institucionais



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Ao analisar as informações institucionais como “*Regimento Interno*”, a “*Lei Orgânica e outras Leis Municipais*”, a “*Estrutura da Casa*” e a “*Estrutura das Comissões*” o que foi possível averiguar é que o total de incidência das informações nos sites pesquisados consta em 17,8%. Ou seja, do total de portais eletrônicos dos *ayuntamientos* pesquisados, 72 disponibilizavam aquelas 4 variáveis em seus sites. Entretanto, 124 dos municípios analisados demonstraram não constar nenhuma destas variáveis. Portanto, quando comparada as demais (dentro do mesmo agrupamento) podemos considerá-la relativamente alta, visto que o agrupamento das variáveis dos casos com maior quantidade de informações (*elevado e total*) disponíveis dos portais eletrônicos dos 404 *ayuntamientos*, ou seja, aqueles que não ofertavam as de 3 a 4 variáveis apontam para 35,6% do total, um quantitativo de apenas 20 municípios a mais. Com isto, podemos inferir que no que tange as informações institucionais (aquelas que tratam das estruturas, das regras e dos atos normativos dos *ayuntamientos*), temos uma considerável falta de informações, porém o quantitativo de informações disponíveis não deixa os cidadãos alienados, representando aproximadamente 52% dos municípios em situação regular ou superior.

Já o segundo grupo de variáveis analisadas foram aqueles das informações processuais que são aqueles que tratam do dia a dia das autarquias municipais, à saber: “*Ordem do Dia*”, “*Lista de Parlamentares*” e “*Notícias/Informativo*”.

Tabela 7: Frequências das variáveis agrupadas processuais nos sites espanhóis

Informação Processual	
Modalidade	Porcentagem
0	4,0
1	29,5
2	32,4
3	34,2
Total	100,0

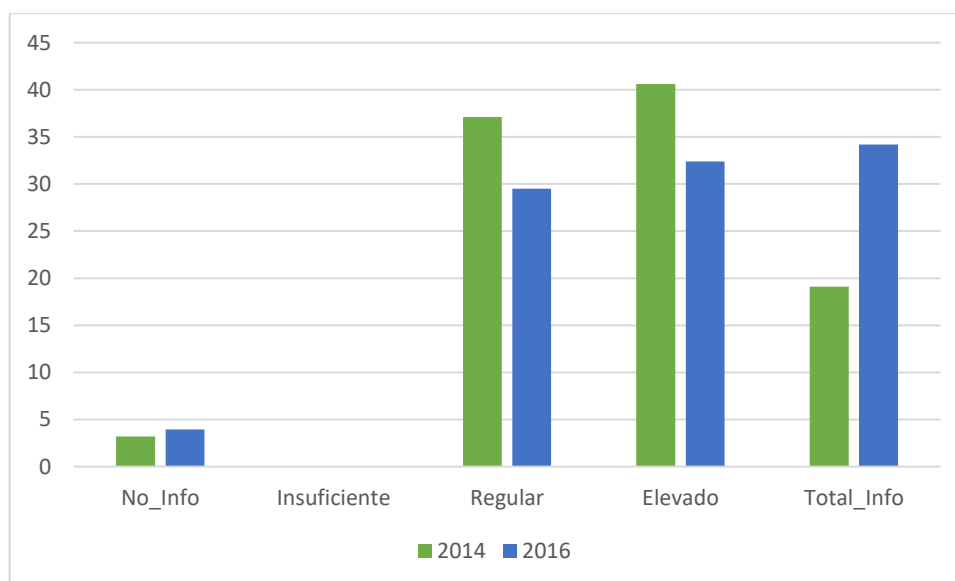
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Tabela 8: Organização das variáveis agrupadas processuais dos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2014)	Proporção (2016)
0	Zero	3,2	4,0
1	Insuficiente	0,0	0,0
2	Regular	37,1	29,5
3	Elevado	40,6	32,4
4	Total	19,1	34,2

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Gráfico 4: As medidas posicionais das variáveis agrupadas processuais



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Nestes casos de informações processuais o que foi possível constatar é que o total de incidência das informações está em 34,2% dos casos e, quando comparada às demais, este valor também pode ser interpretado como de elevada incidência. Porque dos 404 *ayuntamientos* pesquisados os que possuíam as 3 variáveis agrupadas em seus portais são um total de 138 municípios. O que é elevado quando comparado as demais ocorrências, pois a maioria das informações se mantiveram em posicionamento regular com 29,5% e em elevado com 32,4%, dos casos. Em outras palavras, foi constatado que os portais estudados acumuladamente

disponibilizavam pelo menos duas das três variáveis as quais envolviam as informações processuais. É importante mencionar também que apenas 4% não apresentavam nenhuma daquelas variáveis pesquisadas.

Já as informações interativas que são aquelas “*Acesso aos Parlamentares*”, “*Contato com a Prefeitura*”, “*Contato com o Prefeito*”, “*Fala Cidadão*”, “*Acesso ao Partido*”, “*Telefone para Contato*”, “*E-mail*”, “*Denúncias/Sugestões/Críticas*” e “*Acesso às Redes Sociais*”, melhor dito, são aquelas que promovem a interação e acesso do cidadão com as casas e seus membros apresentam um total ínfimo de incidência.

Tabela 9: Frequências das variáveis agrupadas interativas nos sites espanhóis

Informação Processual	
Modalidade	Porcentagem
0	1,0
1	1,0
2	0,7
3	9,4
4	19,3
5	23,5
6	24,5
7	13,4
8	5,0
9	2,2
Total	100,0

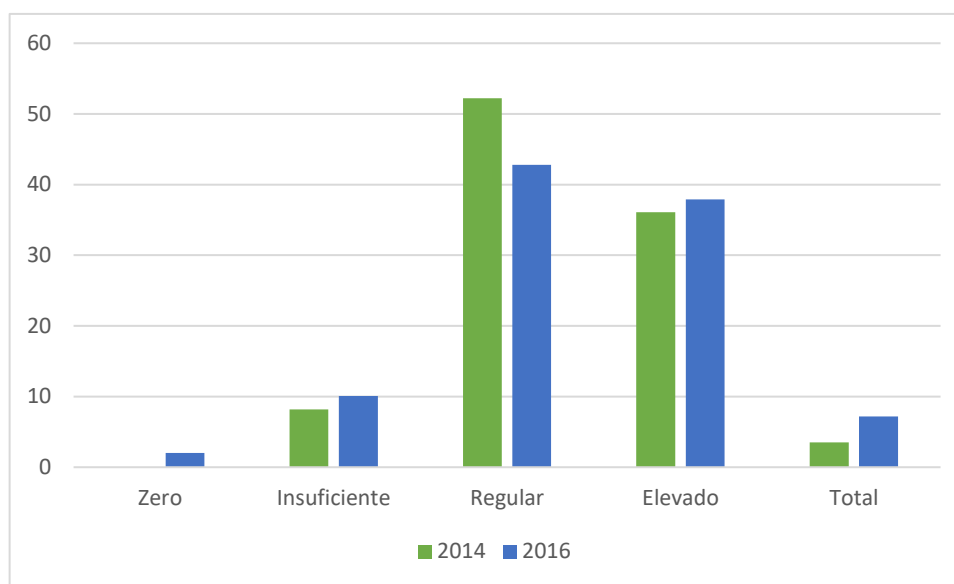
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Tabela 10: Organização das variáveis agrupadas interativas dos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2014)	Proporção (2016)
0	Zero	0	2,0
1	Insuficiente	8,2	10,1
2	Regular	52,2	42,8
3	Elevado	36,1	37,9
4	Total	3,5	7,2

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Gráfico 5: As medidas posicionais das variáveis agrupadas interativas



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Percebe-se que das nove variáveis analisadas a incidência de encontrarmos as nove agrupadas nos portais eletrônicos se manteve baixa, uma vez que segundo os dados encontrados e como ilustra a tabela 6 acima, quando estudadas em conjunto elas exprimem um total de incidência crítico em 7,2%. Contudo, a maioria dos dados se concentra em regularidade, ou seja, dos 404 *ayuntamientos*, temos que 172 disponibilizavam de 4/9 a 5/9 variáveis, acumulando um total de 42,8% de informações em seus portais eletrônicos. E os sites que disponibilizavam 6/9 ou 7/9 das variáveis, juntos constam em 37,9% de disponibilização de informações aos seus cidadãos e aparecem na tabela acima como elevado (153 municípios), enquanto, apenas 10,1% dos portais eletrônicos se mantiveram com posicionamento insuficiente, ou seja, disponibilizaram 2/9 ou 3/9 das variáveis acima em seus portais eletrônicos.

As informações de prestações de contas que são aquelas “*Licitação e Contratos*”, de “*Relatório de Gestão Fiscal*”, além de “*Despesa Corrente*”, “*Receita Corrente*”, “*Despesa de Capital*” e “*Receita de Capital*”, temos um quadro mais crítico.

Tabela 11: Frequências das variáveis agrupadas *accountability* nos sites espanhóis

Informação Processual	
Modalidade	Porcentagem
0	40,8
1	19,6
2	10,6
3	7,2
4	5,9
5	3,7
6	12,1
Total	100,0

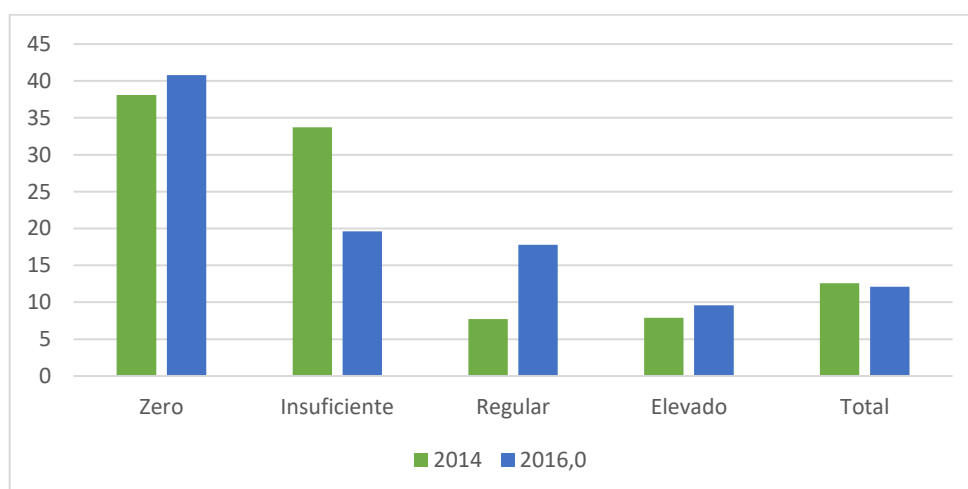
Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Tabela 12: Organização das variáveis agrupadas *accountability* dos sites espanhóis

Código	Rótulo	Proporção (2014)	Proporção (2016)
0	Zero	38,1	40,8
1	Insuficiente	33,7	19,6
2	Regular	7,7	17,8
3	Elevado	7,9	9,6
4	Total	12,6	12,1

Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Gráfico 6: As medidas posicionais das variáveis agrupadas *accountability*



Fonte: Dados coletados e tratados pelo autor de Março à Maio de 2016

Dentre as 404 autarquias municipais analisadas a incidência de encontrar o total deste agrupamento (as 6 variáveis) é baixo pois consta em apenas 12,1%, ou seja, percebe-se que poucos portais disponibilizavam as seis juntas. Este quadro fica mais evidente quando se percebe que dentre os 404 *ayuntamientos*, com seus devidos portais eletrônicos, a incidência de não disponibilização (*no_info*), ou seja, nenhuma informação quanto ao recolhimento ou mesmo à aplicação dos recursos obtidos está em 40,8% - 3x maior que o total encontrado.

Enquanto, os portais eletrônicos que apresentavam de 1/6 a 2/6 variáveis aparecem na tabela com 19,6% de disponibilização podem ser classificados como insuficientes e seguindo o raciocínio os portais que disponibilizam em suas páginas 3/6 a 4/6 variáveis se posicionam no gráfico com apenas 17,8% e 9,6%, respectivamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados mostrados, podemos assegurar que a oferta de informações nos sites é um processo irreversível. O uso das ferramentas tecnológicas já se incorporou à cultura política. A esperança é que a expansão das TIC traga, gradativamente, mais participação e, com isso, um elevado grau de interação entre cidadãos e governos.

Não só os governos estão disponibilizando as informações, como também os cidadãos passaram a se organizar e demandar informações. Sendo dada aos cidadãos a oportunidade de obter informações relevantes nos portais públicos e de agir em rede e pressionar o poder público pela utilização das TIC, ficaria configurada assim uma nova situação política em que a participação assumiria sua nova característica virtual, ficando modificada a tradicional estrutura da atividade política que se dá no embate “face a face”.

De acordo com Horokovschi (2008), os mecanismos de *accountability* devem ter sua importância considerável:

“o fato de não serem perfeitos não implica que os mecanismos de *accountability* não funcionem, com variável eficácia, podendo ser usados como uma das várias balizas para aferir a qualidade das democracias existentes, com a evidente ressalva de que tais balizas são pensadas a partir dos sistemas mais consolidados dos países centrais. A questão que se coloca é como tornar mais eficazes os mecanismos verticais e horizontais, melhorando indicadores de controle, transparência e responsividade” (HOROKOVSCHI, 2008, p. 12).

De acordo com Wampler (2012), essas características podem expandir a participação cidadã, enriquecer a representação política e aumentar a justiça social. O modelo de interação política que pressupõe a participação é composto por elementos que permitam a interatividade com o poder estabelecido, garantam mecanismos de representação e assegurem alguma capacidade decisória. Para o exercício da participação é necessário, cidadania, capacidade de organização, mobilização, e, acima de tudo, informação.

A literatura internacional sobre participação e cidadania (NORRIS, 2000) tem salientado a erosão da confiança nas instituições da democracia representativa. Embora seja difícil mensurar ou avaliar este desgaste na confiança nas instituições (sobretudo nos partidos políticos), essa desconfiança, medida pelo desinteresse pelas eleições e pela redução do ativismo ou do engajamento político, como um todo é real. No entanto, admite-se que os canais

de participação indicam uma mudança considerável rumo à melhora – no lugar de declinarem. Talvez, e isto é o mais provável, as formas de participação tenham tomado outra direção. As pessoas estão hoje mais engajadas na vida cívica por meio de diferentes atividades: elas estão atuando em organizações de bairro, na promoção de abrigos, creches, escolas, em organismos hospitalares (como os de suporte a portadores do vírus HIV ou de combate ao câncer), em movimentos femininos, em organizações ambientalistas, em empreendimentos de voluntariado, mas sobretudo naquilo que interessa a este estudo, as pessoas estão, mais e mais, se mobilizando pela internet. Esta nova forma de atuação cívica, além de mudar o espaço político tradicional, permite a circulação de informação em alta velocidade, o que provoca rapidez no processo de mobilização. Assim sendo, esta transição para uma nova forma de participação política apoiada em novos valores e em práticas diferentes das tradicionais (marchas, protestos, manifestações públicas, reuniões sindicais, entre outras) estão assentadas firmemente na utilização das TIC e, portanto, dependem de um relevante fluxo de informações para a sua operacionalização.

Também é verdade que, no Brasil e em alguns outros países, a população tem manifestado sua inconformidade com o status quo e com a situação política local, por meio de marchas, protestos – basta lembrar da frase “o gigante acordou”, utilizada largamente pela mídia brasileira no ano de 2013, referindo-se à onda de protestos ocorridos no país. No entanto, quando colocamos essas manifestações temporais situadas num contexto histórico, percebemos que ainda são raras e esparsas essas formas tradicionais de manifestação. Ainda, se considerarmos a parcela dos cidadãos que os manifestantes são, temos ainda um cenário de baixa participação, embora signifique, indubitavelmente, um sinal claro de que a população, ou parte dela, está disposta a participar da política.

Em todos os processos de mobilização social, o papel da comunicação é reconhecido como primordial. A mobilização para a exigência de políticas públicas só acontece quando os indivíduos se articulam em defesa do bem comum. Mas essa articulação depende dos mecanismos de comunicação. Quando olhamos para os espaços públicos, os governos parecem estar mais profissionalizados, mais preocupados com a eficiência e, conseqüentemente, mais voltados para o público. Neste contexto de modernidade, seria pouco provável que as TIC não fossem utilizadas como uma ferramenta fundamental neste processo, e assim sendo, seria pouco provável que as demandas feitas por internet sejam completamente ignoradas.

No entanto, outro registro deve ser feito: os cidadãos se acostumam com um “estado providência” apoiados numa prerrogativa perigosa de que, se o estado arrecada impostos e gere a vida social e política, esse mesmo estado deve cuidar dos cidadãos e resolver todos os seus

problemas. O exercício da cidadania implica, em certa medida, em responsabilização do cidadão. Não se pode esperar muito do estado ou de governos: em extremos, se o estado é mínimo, corre-se o risco de permitir desvios no cuidado da coisa pública; se ele é máximo, pode sufocar os cidadãos e a iniciativa privada.

Segundo Horokovschi (2008), o cidadão é responsável, também, pelos atos de seus representantes, uma vez que ele tem a prerrogativa de fiscalizar os atos dos políticos. Mas, em outro sentido, governos locais, por meio de seus portais, ao tornarem disponíveis informações sobre sua estrutura, funcionamento, acesso aos parlamentares e ao abrirem canais de comunicação com o público estão admitindo que o espaço virtual seja uma forma nova de interação eficaz e dinâmica. Os cidadãos, ao usarem essa nova forma de relação com seus governantes, passam a adotar mecanismos muito mais cômodos que aqueles requeridos pela interação direta, tradicional e descobrem que se tornam mais ativos e mais influentes.

Quanto ao caso espanhol, de acordo com os dados apresentados, vê-se que a os sites espanhóis analisados apontam para um crescimento ainda incipiente: a proporção de sites considerados efetivamente bons e ótimos é de 42,25%, menos da metade dos analisados. A Espanha ainda está longe de ser uma referência na questão de disponibilidade de dados públicos. O país tem boas iniciativas, como sua lei de transparência e seu código de bom governo, mas isso não é suficiente para garantir que os cidadãos possam ter acesso a esses dados e nem que os sites terão qualidade.

As variáveis processuais, referentes a ordem do dia, notícias e lista de parlamentares são as que mais têm informações elevadas. Já as interativas apresentam um número regular de informações. Essas duas são as que mais têm informações, já que, quando se observam as institucionais e *accountability*, verifica-se uma mudança de padrão na curva. Parece razoável afirmar que os sites espanhóis apresentam informações que visam à informação do cidadão com relação à rotina dos ayuntamientos e à possibilidade de interação entre eleitores e eleitos. No entanto, há baixa quantidade de informação sobre prestação de contas e transparência, quando se olham todos os sites. Apesar disso, deve-se observar que as variáveis agrupadas de *accountability* são as com maior barra na categoria “*no_info*” – acima de 40% – e as penúltimas com mais valor “total” de informação.

Uma das explicações para esses fenômenos é a frequência considerável de sites de municípios que imitam o layout e as informações do site da capital da província. Por conta disso, se o site “padrão” trouxer pouca quantidade de informações, os outros também trarão. Um exemplo dessa assertiva é a província espanhola de Huesca, cujos sites municipais parecem

seguir determinado padrão de formato e arquitetura de informação. Outra explicação que pode ser dada à baixa quantidade de informação é a alta frequência de sites que contém links para informações que redirecionam a páginas inexistentes.

Outra hipótese que não se confirmou é a de que os sites com mais informações seriam de municípios com mais habitantes. O *concello* de Llodio, por exemplo, na província de Álava, tem apenas 18.428 habitantes e preenche 20 das 22 variáveis colocadas, com índice de 90,90% de informação. Vitoria-Gasteiz, a capital da província que leva o mesmo nome, tem 242.082 habitantes (13 vezes mais habitantes do que Llodio) e preenche 14 variáveis com informações.

Percebe-se que as administrações municipais parecem estar cada vez mais sensíveis aos apelos e demandas por informação por parte da população. A tendência internacional é que os portais municipais estejam cada vez mais interativos. A possibilidade de interação cidadã política virtual é concreta, embora ainda distante de um padrão ideal. Os cidadãos, como já dito, participam quando estão no espaço público, que pode ser situado no espaço virtual. Na medida em que os ocupantes de um dado espaço público interagem, se organizam e passam a demandar ao poder público a elaboração de diretrizes, de linhas de ação e ações concretas visando à obtenção de um bem, de uma melhoria ou de um serviço que satisfaça a toda a comunidade, governantes se veem compelidos a atender essa demanda até mesmo porque, nestes casos, a própria sociedade que atuou como protagonista no processo de elaboração da política, atua agora na vigilância do cumprimento de suas metas e na fiscalização de sua execução e continuidade. Este comprometimento social ocorre quando o limite de tolerância para a insuficiência de um bem ou serviço é alcançado.

Esta pesquisa é consciente de suas limitações, visto que foi analisado apenas um país em variáveis definidas; talvez, se mudássemos o padrão de comparações, o resultado poderia ser melhor. No entanto, seu sentido é dar colaboração para a reflexão e para ações no sentido de estimular a governança eletrônica.

7.BIBLIOGRAFIA

7.1) REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- **Código de Buen Gobierno Local.** Disponível em:
<http://www.femp.es/CartaLocal/Front/Noticias/CL_ContentidoDetalle/_sYcniRvuy5l y yy6MEsAr2xIyOH4RgvsLsMsOhPI4uc>.
- **¿Cómo trabaja la Administración?** Disponível em:
http://www.060.es/060/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_pageLabel=trabaja_l _admi n&preferredLanguage=es>
- **Indicadores de transparencia.** Disponível em:
<https://sedeelectronica.gijon.es/page/1377-indicadores-de-transparencia>
- **INE – Instituto Nacional de Estadística.**
<http://www.ine.es>
- **Portal Municipal de Palencia**
http://www.dippalencia.es/export/sites/diputacion/galerias/documentacion_migracion/1202989989924_7._el_ay untamiento_organizacixn.pdf
- **Webs Públicas.** Disponível em:
<http://www.060.es/060/appmanager/portal/desktop/?_nfpb=true&_pageLabel=webs1 _comunidades&preferredLanguage=es>

7.2) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- ARTERTON, Christopher. Teledemocracia. Tecnologia pode proteger a democracia?. Beverly Hills, Book. English 1987
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada as Ciências Sociais. Editora UFSC. Florianópolis. 2006
- BATISTA, Carlos M. Participação Cidadã e TIC: um estudo da oferta de informações nos sites de municípios andaluzes e sul-americanos. Centro de Estudios Andaluces – CEA, em Sevilha. 2001
- BATISTA, Carlos M. ICTs and Good Governance: The Contribution of Information and Communication Technologies to Local Governance in Latin America. Disponível

em e_n_Latin_America.pdf/Report%2Bon%2Begovernance%2Bin%2BLatin%2BAmerica.pdf>. Acessado em 12/set/2012.

- BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, Community and Accelerate Pluralism. Palgrave Macmillan Journals: Polity, Vol. 31, Nº 1 (Autumn 1998);
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. RJ: Campus, 1992;
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Ed. EDU – UNB. 2008;
- BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político. 7ª ed. RJ, 2004;
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 3, SP: Paz e Terra, 1999;
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- CORTINA, Adela. O fazer ético: guia para a educação moral. São Paulo: Moderna, 2003;
- DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001;
- EASTON, David. Uma Teoria de Análise Política. RJ, 1970;
- FERRER, Florência. SANTOS, Paula (Orgs.). E-government – o governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004. • FERRI, Cristiano. El Parlamento Abierto em la Era de la Internet. BSB, 2013;
- GOUVEIA, Luis Manoel Borges. Sociedade da Informação: Notas de contribuição para uma definição operacional. 2004. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf/ • HOROKOVSKI, Rodrigo Rossi. *Accountability* e seus mecanismos: um balanço teórico. Paraná: UFPR, 2008;
- LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: 34, 1999;
- LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática, 1990;
- LUCAS, John Randolph. Democracia e participação. 1985;

- MANIN, Bernard. Direct democracy and representation: selection of officials in Athens. In: The principles of representative government. Cambridge University, 1997 (impressão 2002), p. 8-41;
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da política – idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998
- NORRIS, Pippa. Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: University Press, 2001;
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? Novos Estudos, n. 31, out. 1991;
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. Lua Nova nº 44, São Paulo. 1998;
- PASCUAL, Patricia J. e-Government. e-ASEAN Task Force UNDP-APDIP. 2003;
- PINHO, José Antônio G. de. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 5, set./out. 2002.
- PINHO, José Antonio G. de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. Governo eletrônico, transparência, *accountability* e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram. In: ENANPAD, 29. Anais... Brasília, set. 2005;
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Cidadania e Redes digitais. 2010;
- TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. Rev. Pólis: São Paulo. 1994;

7.3) DISSERTAÇÕES

- Participação cidadã e TIC: um estudo da oferta de informação nos sites de municípios andaluzes e sul-americanos (Lívia ???)
- Participação Cidadã e Tecnologias de Informação e Comunicação: um Estudo sobre a Oferta de Informação em Sites de Municípios Espanhóis (Juliana dos Santos Barbalho, 2014);
- PRADO, Otavio. Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. Dissertação (Mestrado) – Eaesp/FGV, São Paulo